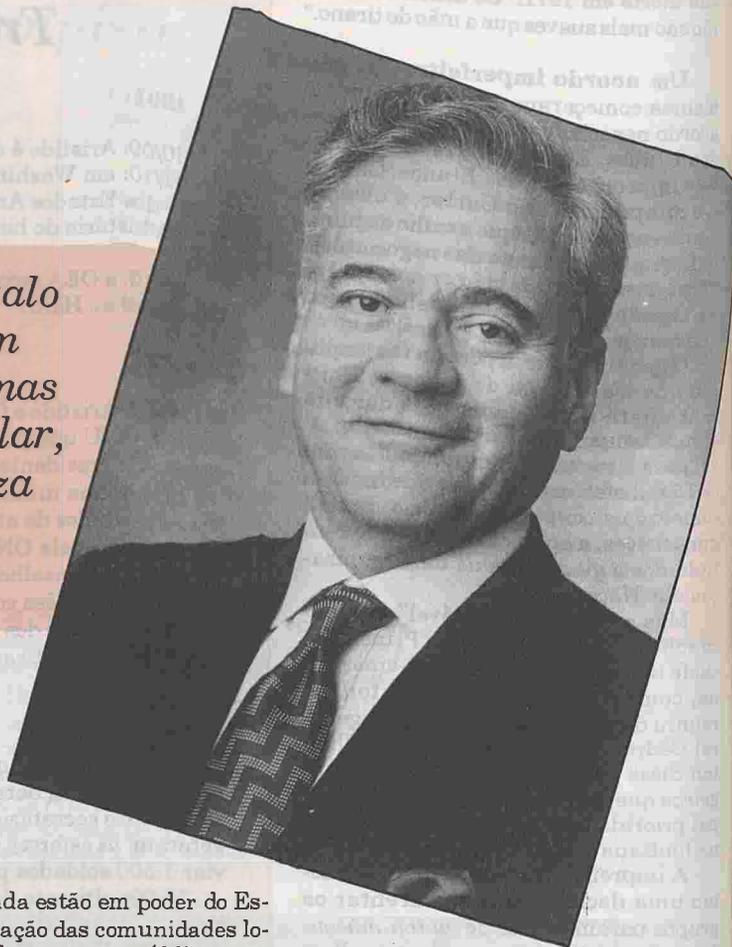


A dívida social do liberalismo

O presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, propôs um audacioso programa de reformas sociais e de participação popular, destinado a combater a pobreza resultante do seu plano de estabilização econômica



Marcelo Montenegro

Um precursor dos programas de estabilização na América Latina, autor do plano de ajuste estrutural que pôs fim à inflação boliviana quando era ministro da Economia do governo de Paz Estenssoro (1985-1989), o atual presidente da Bolívia afirma que “está muito além do neoliberalismo”.

Arquiteto do Decreto Supremo 2160, um *superchoque* nos moldes da mais pura ortodoxia do Fundo Monetário Internacional (FMI), Sánchez de Lozada conseguiu a proeza de derrubar a hiperinflação de 23.500% para 10% ao ano. Para isso recorreu à privatização das empresas do Estado, em particular as do setor mineiro, abriu a economia à importação, fez uma drástica reforma tributária e liberou os preços e o câmbio.

A inflação caiu mas muitos bolsos ficaram completamente vazios, em especial os da classe média e os da grande maioria dos trabalhadores e profissionais liberais. Vários anos depois, agora já como presidente do seu país, Sánchez de Lozada revela um amplo projeto de distribuição da renda apoiado no tripé da educação (respeitando os diferentes idiomas nativos), capitalização das em-

presas que ainda estão em poder do Estado e participação das comunidades locais no gasto dos recursos públicos.

Em uma entrevista concedida à imprensa nacional e estrangeira, na VIII Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, o presidente da Bolívia disse que “nenhum plano de estabilização pode acabar com as injustiças sociais” e explicou com detalhes como pensa enfrentar a dívida de seu governo com os pobres. Tanto nesta entrevista como em outras declarações e discursos pronunciados durante sua estada no Brasil, o presidente se esforçou para mostrar que a “Bolívia está além do neoliberalismo”.

Afirmou que em vez de vender mais empresas do Estado para equilibrar o orçamento, “o que teria deixado o FMI muito contente”, seu governo tem pensado em atrair sócios que contribuam com capital novo, até 50% do pacote acionário. O restante, que pertence ao Estado, será entregue ao povo através

de fundos de pensão, de capitalização individual.

“Esperamos aplicar esse esquema no próximo ano e, se tivermos êxito, teremos conseguido uma grande medida de distribuição da riqueza, pois as estatais representam 50% do PIB boliviano.”

Distribuição da riqueza – “É um equívoco acreditar que a liberalização da economia gera pobreza. O que produz a pobreza é a hiperinflação. Com ela, só os ricos conseguem proteger-se”, disse.

A Lei de Capitalização, recentemente votada, permitirá ao governo boliviano abrir um novo processo de investimentos, destinado a “superar os modelos ortodoxos de privatização que não tiveram êxito”. Segundo explica um documento distribuído pela delegação que

acompanhou Lozada em sua estadia no Rio de Janeiro, o programa tentará passar a propriedade das ações estatais para as mãos de "três milhões de bolivianos maiores de idade até 1995, com uma injeção de dinheiro novo na economia boliviana da ordem de sete bilhões de dólares". Estes acionistas dividirão a propriedade com os sócios majoritários, que devem investir os outros 50%.

Para o presidente boliviano, o Estado é ineficiente na produção de serviços sociais e na distribuição da riqueza. "Nosso projeto consiste em destinar 20% do orçamento nacional às comunidades, aos bairros, para que eles mesmos decidam como investir o dinheiro do Estado em saúde, educação e obras públicas."

Sánchez de Lozada afirmou que seu país esteve na vanguarda da América Latina no processo de redemocratização do continente desde 1982. E concluiu: "Assim como fomos pioneiros em recuperar a via democrática, fomos também os pioneiros em adotar um modelo de ajuste estrutural inadiável, para tirar a economia da estagnação e sair dos recessivos processos inflacionários que herdamos dos anos de instabilidade política."

Reaproximação com Chile – Sánchez de Lozada estimou que o crescimento atual da economia boliviana é maior que a média da América Latina, mas disse que isso não é suficiente, "porque o país deve recuperar o que perdeu entre 1980 e 1985, com o impacto da queda dos preços do petróleo e outros minerais". Ele caracterizou aqueles cinco anos como



Para o presidente boliviano, o Estado tem sido ineficiente na distribuição da riqueza

A venda de gás ao Brasil

Ao comentar o acordo firmado em dezembro de 1993 com o Brasil para a compra e venda de gás natural e a construção de um gasoduto que ligará Santa Cruz de la Sierra ao sul do Brasil, o presidente da Bolívia destacou a importância desse tratado para ambos os países. Lozada observou que o comércio atual com o Brasil não é tão expressivo como poderia ser: "O Brasil vende à Bolívia 460 milhões de dólares anuais e compra apenas 18 milhões".

Na sua avaliação, o Brasil "não deve pedir o acesso a outros mercados do continente, sem abrir o seu. O sentimento protecionista está ainda muito arraigado", observou. "São Paulo assegurou, através do convênio de compra e venda de gás natural, o abastecimento de um combustível limpo e barato, para sustentar seu crescimento industrial." Segundo seus cálculos, em agosto de 1997 o projeto já estará em funcionamento.

O presidente afirmou que depois do acordo de venda de gás ao Brasil, a Bolívia se transformou em um pólo regional de abastecimento energético. "Já vendemos para a Argentina e futuramente podemos vender também para o Chile."

especialmente críticos para o país. "Perdemos 25% do nosso PIB", recordou.

O presidente cumpriu uma exaustiva agenda de atividades paralelas à Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, quando assinou um amplo acordo comercial com o México e realizou um histórico encontro com o presidente do Chile, Eduardo Frei Ruiz-Tagle. A reunião com Frei deve ser o preâmbulo de um iminente intercâmbio de embaixadores entre Bolívia e Chile (desde a Guerra do Pacífico (1879-1883) estas duas nações latino-americanas estão com suas relações diplomáticas suspensas).

Ao referir-se a este encontro, Sánchez de Lozada escolheu cautelosamente as palavras. Disse que não se deve agir olhando para o passado mas, ao mesmo tempo, "se esquecemos o que aconteceu na história corremos o risco de repetir os mesmos erros que já havíamos cometido". E acrescentou: "Estamos buscando confiança; e a minha maneira de ser e a do presidente do Chile contribuem para que essa confiança exista."

Os desafios latino-americanos – Afirmou que o eixo principal dos desafios atuais da América Latina está concentrado em duas situações, Cuba e Haiti, que por sua gravidade exigem a busca de soluções de consenso. "Os países latino-americanos devem encontrar a forma de expressar-se através de uma só voz. Uma voz diferente mas comum, principalmente para fazê-la valer em dezembro, na Reunião de Cúpula de Miami. E não podemos nos limitar a dar declarações. Devemos adotar posições claras."

Para Lozada, os Estados Unidos assumiram o papel de porta-voz da América Latina diante de outras regiões do mundo e se vale dos acordos bilaterais, "através dos quais é mais fácil controlar os países". Disse que o Grupo do Rio era o representante político da nação latino-americana e que se a reunião de presidentes não encarasse os problemas de Cuba e Haiti, corria o risco de perder credibilidade.